

A PRÁTICA SÓCIO-ESPACIAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO¹

Tatiane Marina Pinto de Godoy*

RESUMO:

Apresentamos a análise de uma atividade urbana desenvolvida por catadores de materiais recicláveis. O estudo da realidade local, embasado na teoria da reprodução das relações sociais, visou a demonstrar as contradições existentes em empreendimentos solidários inseridos no contexto da acumulação global do capital. O objeto de estudo são as cooperativas de catadores, com destaque para uma experiência desenvolvida em Rio Claro/SP, e seu objeto de troca: os materiais recicláveis tornados mercadorias através do trabalho. Milhares de pessoas vivem no mundo todo, e não apenas nas periferias dos países pobres, da catação e comercialização do que comumente consideramos lixo. Para estas pessoas, o lixo ou mais propriamente os materiais recicláveis, são objetos de troca no mercado. A análise vai além da questão espacial ou ecológica. Trata-se também de uma análise social e econômica das cooperativas e associações de catadores.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço urbano; Economia solidária; Reprodução das relações sociais; Cooperativas de catadores; Materiais recicláveis.

ABSTRACT:

We present the analysis of an urban activity developed by the recycled materials catchers. The local reality study, based on the theory of the social relationships reproduction, aimed to demonstrate the contradictions in solidary projects in the context of global accumulation of capital. The subjects of study are the catchers cooperatives, with prominence for an experience developed in Rio Claro/SP and its exchange object: the recycled materials turned in to goods through the work. Thousands of people around the world live - and not only in the poor countries peripheries - of the catching and commercialization of what we use to call garbage. For these people, the garbage or more properly the recycled materials are exchanging objects in the market. The analysis goes above and beyond the space or ecological issue. It also concerns on a social and economical analysis of the catchers cooperatives and associations.

KEY WORDS:

Urban space; Solidary economy; Social relationships reproduction; Catchers cooperatives; Recycled materials.

Introdução

As origens deste tema de pesquisa remontam à nossa iniciação científica, quando estudávamos a rede de comercialização dos materiais recicláveis em Rio Claro/SP. Neste trabalho constatamos que o mercado da

reciclagem neste município é basicamente constituído pelos comércios de sucatas, ou popularmente, depósitos de ferro velho e pelos catadores. A situação de exploração e pobreza em que vivem os catadores nos motivou a estudar aquela que tem sido discutida como

*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UNESP/Rio Claro. Membro do Observatório Territorial CEA/UNESP, do Núcleo de Estudos sobre o Comércio e Consumo/DEPLAN-UNESP e do Grupo de Estudos de Economia Solidária ECOSOL_CES/Universidade de Coimbra.
E-mail: tatiane.godoy@uol.com.br

uma forma de emancipação, representada pelas cooperativas através da formalização do trabalho e conseqüente inclusão social.

Outro ponto importante dessa problemática é que a cadeia produtiva envolvida na atividade, bem como a constituição de cooperativas, inclusive com a participação de catadores de materiais recicláveis das ruas, indicam uma inserção social de pessoas desempregadas que viviam do lixo e no lixo. Mas esse ponto não vem sendo considerado objeto de estudo por aqueles que reproduzem o discurso da necessidade de reciclar. Dessa forma, o caminho que trilhamos considera também os aspectos econômicos, sociais e espaciais da questão.

Desejávamos também que este trabalho contribuísse com os estudos urbanos através da análise das relações sociais estabelecidas entre os diversos agentes envolvidos no mercado de reciclagem, particularmente catadores de materiais recicláveis e cooperados, responsáveis por uma atividade econômica essencialmente desenvolvida nas nossas cidades.

A cooperação da atividade de coleta de materiais recicláveis na cidade é a solução colocada por instituições sociais e algumas administrações municipais para a grave questão do lixo que se acumula atualmente, concomitante ao número cada vez maior de pessoas que tiram deste lixo o seu meio de reprodução. Neste sentido, seriam as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, formadas por ex-catadores autônomos, a melhor alternativa para a formalização destes trabalhadores e sua inserção social.

As cooperativas e associações de catadores se constituem em uma forma de comércio, e sua análise geográfica envolve padrões de localização, estrutura de distribuição de suas mercadorias, bem como a função dessa atividade. Como uma forma de comércio, a cooperativa tem como objetivo a associação entre "iguais" e não o contrato entre

"desiguais" (SINGER, 2002, p. 9), isto significa que os sócios desta empresa representados pelos ex-catadores das ruas estariam unidos em busca de melhores condições de concorrer no mercado.

A consideração do espaço como dimensão mais material da realidade social¹ possibilita a visualização de como as relações sociais de produção reproduzem as desigualdades características do modo de produção capitalista. Uma observação com fundamentos críticos é capaz de distinguir onde ricos e pobres vivem nas cidades capitalistas e de que maneira se reproduzem. Também é visualmente perceptível o número cada vez maior de catadores que se utilizam do lixo como meio de trabalho.

Um dos pontos centrais deste artigo está em desvendar de que maneira uma iniciativa local de Economia Solidária que consiste na produção e distribuição de bens e serviços insere-se no contexto de economia globalizada. Como sobreviver e ao mesmo tempo articular-se ao processo global e como poder impor-se no mercado de reciclagem?

Trava-se no lugar a luta entre o global e local. De acordo com Ortigoza (2001, p. 53) "nesta luta a sociedade se destaca, pois é através de suas relações de produção no espaço, que são reproduzidos os lugares". O lugar, onde se encontra a fonte de objetos recicláveis, é marcado pela forma de reprodução social que prima pelo consumo. O consumo, por sua vez, é quem garante ao catador de rua sua fonte de subsistência.

O lixo, resto de valor de uso para a sociedade em geral, tornou-se valor de troca para muitas pessoas marginalizadas em relação aos mecanismos formais de reprodução.

Buscamos entender a forma, a estrutura e a função da cooperativa de catadores como um sistema alternativo de produção inserido no modo de produção capitalista, bem como o de contribuir para a formulação de políticas públicas que auxiliem a reprodução de tal iniciativa.

A análise do comércio e consumo de materiais recicláveis nos leva à crítica do modo de produção e de consumo no e do espaço, aqui entendido como produto e condição de reprodução das relações sociais de produção. O acúmulo do lixo produzido nas cidades como produto das relações sociais é também condição para uma atividade econômica que, dentre outros agentes de seu circuito de distribuição, tem no catador de materiais recicláveis a base do processo produtivo, dependendo exclusivamente dos restos do consumo dos mais ricos para sua reprodução.

O procedimento metodológico aqui empregado está fundamentado em Lefebvre (1978). Conhecido também como regressivo-progressivo, tal método reconhece uma dupla complexidade da realidade social manifestada na *horizontalidade* e na *verticalidade*. Nos dizeres de Martins (1996, p. 21) “essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes”. Dividido em três etapas o método lefebvriano tem no seu primeiro momento a complexidade horizontal da vida social reconhecida na descrição do visível e é nesse momento que se identifica e descreve a diversidade das relações sociais. Na sua segunda etapa, o método “mergulha na complexidade vertical da vida social”, datando a coexistência de relações sociais que tem datas desiguais – é o analítico-regressivo. No terceiro momento o presente é reencontrado, “mas elucidado, compreendido, explicado”. Assim, “a volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido”².

Esta análise não visa apenas a demonstrar a realidade atual das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, mas apresentar um enfoque genético que possibilite regressar ao atual considerando as interações das estruturas antigas com as estruturas recentes e descrever, analisar e explicar o crescimento de tais empreendimentos e sua relação com o espaço em que estão inseridos.

O fundamento teórico de nossa análise está baseado na teoria da reprodução das relações sociais. De acordo com Carlos (In: DAMIANI, 2001, p. 62), “o fio condutor da análise reside na tese segundo a qual, ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico”. Por isso o espaço geográfico é a materialização de relações sociais, que se dão através do trabalho, no momento de apropriação da natureza. Sendo o trabalho considerado como processo produtor do espaço, temos assim justificada a importância da análise que aqui pretendemos.

Este trabalho possui três elementos importantes para análise. Poderíamos dizer que trata-se de uma tríade: matéria (lixo) – trabalho – mercadoria. Analisando estes elementos veremos que é somente através do trabalho que a matéria-lixo se torna uma mercadoria. Assim, tornado mercadoria, é que o lixo participa novamente da reprodução. Portanto, estes elementos são fundamentais para o funcionamento do mercado da reciclagem e para o entendimento do que este artigo se propõe.

Condições atuais de empreendimentos solidários de coleta seletiva

A análise das cooperativas de catadores de materiais recicláveis envolve um estudo da situação geral de empresas autogestionárias, que tem proliferado no Brasil, especialmente com a escassez de emprego. Cabe, como nos indica o método lefebvriano (1978), a análise da atualidade na sua configuração.

As discussões atuais sobre alternativas à escassez de emprego têm dado destaque à Economia Solidária. Um dos principais estudiosos do tema no Brasil é Paul Singer, que a considera como um modo de produção que se contrapõe ao capitalista, por ter como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, princípios bem diferentes dos já conhecidos por nós e característicos do modo de produção

capitalista, como o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios produz sociedades diferenciadas. Se no capitalismo temos uma sociedade dividida em duas classes básicas: uma primeira, possuidora do capital e outra que, por não dispor de capital, vende sua força de trabalho àquela que o possui. Já na Economia Solidária o que se almeja é a produção de uma sociedade com uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Para Singer (2002) o resultado natural da aplicação destes princípios se mostra na competição e desigualdade, no contexto do modo de produção capitalista e, na solidariedade e na igualdade, através da Economia Solidária.

A grande diferença entre a economia capitalista e a economia solidária está no modo como são geridas as empresas. A heterogestão ou administração hierárquica, formada por sucessivos níveis de autoridade onde as ordens e instruções partem de cima para baixo é característica capitalista.

Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador (SINGER, 2002 p. 17)

Aliada à hierarquia existe ainda a competição dentro da própria empresa entre os diferentes setores e grupos de empregados onde grupos rivais disputam, principalmente nas grandes empresas, a destinação dos fundos de investimento para que possam expandir o setor em que exercem o poder.

A autogestão, prática da empresa solidária, é uma administração democrática que precisa ter todos os sócios informados do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. O exercício de tal prática não é tão simples

quanto parece à primeira vista porque exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, pois além de cumprir tarefas da produção é necessário que se preocupem também com a administração e, conseqüentemente, com os problemas gerais da empresa. Daí pode surgir o desinteresse dos sócios na recusa a este esforço adicional exigido pela prática democrática. "A prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço"³. A insuficiente formação democrática é um perigo para a prática de autogestão. Principalmente em nosso país, em que por tantos anos fomos privados de escolher dirigentes políticos, democracia significa simplesmente ser representado e não participar diretamente da tomada de decisões nas questões que nos afetam. Somente a pouco tempo e em alguns lugares é que se observa uma participação popular, iniciada na maioria das vezes pelos governos locais (e nisto pode incluir possivelmente uma relação de dominação) através de Orçamentos Participativos e demais formas de gestão democrática da cidade. Uma cultura de participação está apenas iniciada e pode ter a prática de autogestão como um primeiro passo para uma efetiva cidadania dos habitantes de nossas cidades.

A economia popular solidária pode ser caracterizada, portanto, como um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, ou seja, privilegia a remuneração do trabalhador e não a acumulação do capital (TAUILE & DEBACO, 2003). Vista com grande otimismo por parte de algumas instituições, os empreendimentos de economia solidária são apontados como um sentido alternativo às políticas macroeconômicas propostas por organizações como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou ainda pelo Tesouro Norte-Americano e também se contrapondo às regras de comércio internacional gerada pela Organização Mundial do Comércio. (CORAGGIO In: PINTAUDI, 2002, p. 16-17)

Como bem frisa Coraggio (2002) as bases materiais que podem prover outra economia centrada na reprodução do trabalho e não na acumulação de capital não podem ser tratadas como uma proposta antimercado porque é só através de mercados regulados e liberados do monopólio que as trocas e intercâmbios, necessários para economia solidária, podem se tornar sustentáveis.

Nota-se que a comercialização é um aspecto fundamental nos empreendimentos de economia solidária por que é só através da troca que estes se tornam viáveis. Por isso reafirmamos a importância deste estudo no âmbito da Geografia, particularmente na Geografia Urbana, visto que é na dimensão mais material da realidade social, o espaço, que se encontra materializada a reprodução social. Entre as expressões dessa materialização encontram-se as "formas comerciais, cuja análise permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis (...)" (PINTAUDI In: CARLOS, 1999, p. 144).

O tema Economia Solidária vem ganhando grande dimensão com o envolvimento de ONGs, movimentos sindicais e redes de cooperação internacional como é o caso da Rede Urb-al⁴. O quadro promissor de resposta ao desemprego suscitou também o interesse de intelectuais para o problema da viabilidade desses empreendimentos ao longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho⁵. O reconhecimento de uma nova expressão de ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares fez também que setores da esquerda passassem a integrar a economia solidária em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista (GAIGER, 2003).

A emergência de práticas de relações econômicas e sociais que visam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de

vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo também se apresenta sob outros títulos: economia social, sócio-economia solidária, humano-economia, economia popular, economia de proximidade, etc. Primeiramente vale dizer que, economia popular e economia solidária ou os demais nomes que aparecem aqui não são sinônimos. A economia popular é um contexto propício para a economia solidária. Para Lopes (2003)⁶, na economia popular encontram-se todas as iniciativas que não estejam integradas ao sistema capitalista formal, tal como a informalidade do autônomo, o trabalho doméstico, e as pequenas iniciativas de empreendedores individuais.

Toda essa gama que se costuma intitular de informal pertence à economia popular. A partir do momento em que se agrega o elemento da cooperação, essas iniciativas assumem um potencial de emancipação desses sujeitos, não só do ponto de vista material, mas também humano. (LOPES, 2003, em entrevista ao site Ibasenet)

Dessa forma a Economia Solidária se concretiza em atividades que não estão ligadas ao setor público (estatais) nem às empresas capitalistas. Tais práticas são denominadas por Boaventura de Sousa Santos de *Sistemas Alternativos de Produção*⁷: iniciativas locais/globais que consistem na produção e distribuição não-capitalistas de bens e serviços, tanto em contextos rurais como urbanos através de cooperativas, mutualidades, sistemas de crédito, cultivo de terras ocupadas por camponeses sem-terra, sistemas de distribuição de água, comunidades pesqueiras, exploração ecológica da floresta etc.

O tema Economia Solidária também tem se tornado no Brasil objeto de estudos e reflexões pelos responsáveis pela gestão local, sobretudo as prefeituras municipais, as responsáveis pelo envolvimento e enraizamento da economia solidária nas políticas públicas.

O crescente número de empreendimentos econômicos geridos por trabalhadores expressa um novo solidarismo popular no Brasil. A profusão de iniciativas como associações informais ou grupos comunitários de produção, cooperativas e pequenas empresas vêm adquirindo visibilidade e

densidade social. O cooperativismo é, dentre as modalidades de economia solidária, a que mais cresce no Brasil, e particularmente as cooperativas de trabalho. Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras do ano de 2003 nos confirmam tais constatações:

Quadro 1: Cooperativismo no Brasil
5.762 milhões de cooperados
182 mil empregados
7.355 cooperativas singulares
81 cooperativas centrais
76 federações de cooperativas
12 confederações
Participação de 6% do Produto Interno Bruto
\$ 1,09 bilhão em exportação

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2003).

O crescimento no número de cooperativas de trabalho tem se concretizado também no aumento efetivo de empreendimentos geridos por trabalhadores que têm como matéria-prima os materiais recicláveis. Em meio a este mercado, composto por diferentes níveis – catadores de materiais recicláveis das ruas, depósitos de ferro-velho, pequenos, médios e grandes sucateiros e indústria recicladora – encontram-se as cooperativas de catadores que objetivam unir forças para poder negociar por melhores preços os materiais que comercializam.

A informalidade de parte de seus agentes também é uma característica do mercado de reciclagem no Brasil, que tem em sua base um exército de trabalhadores estimados em 500 mil catadores de materiais recicláveis, segundo dados do CEMPRE (2002).

O estímulo à organização dos catadores vem sendo praticado em diversos municípios visando ao desenvolvimento econômico e social com geração de trabalho e renda e, em contrapartida desviar de lixões e aterros todo material que possa ser reciclado.

A cooperativa de catadores é, portanto, uma iniciativa de formalização e inclusão social de uma parcela da população caracterizada pela baixa qualificação profissional e extrema pobreza. A cadeia produtiva da reciclagem tem, no Brasil, participação efetiva de uma parcela de trabalhadores anônimos, sem o devido reconhecimento da sociedade. Organizados em cooperativas e associações os catadores ou coletores têm conseguido melhores condições de trabalho e inserção social.

Para a pesquisa que realizamos foi escolhida, como estudo de caso, a COOPERVIVA - Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro/SP, fundada

em 2002, mas cujo trabalho em equipe iniciou-se em 1999, ano em que deixaram de garimpar o então aterro, sob condições controladas, e começaram a ser apoiados pela administração municipal.

Até 1997, o município de Rio Claro depositava seus resíduos em um aterro controlado. Para adequar-se às normas ambientais iniciou-se a implantação de um Aterro Sanitário, com a retirada dos catadores por exigência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, tendo o prefeito municipal, naquela ocasião, assinado um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

As pessoas retiradas do aterro perderam seus meios de sobrevivência, porque se sustentavam com a atividade de catação para vender e até mesmo para consumo próprio. Foi necessário intervir para a reintegração dessas pessoas à comunidade local, através de um trabalho desenvolvido em conjunto entre diversas secretarias municipais, dentre as quais a de Ação Social, de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Saúde, Educação, entre outras.

A Prefeitura Municipal de Rio Claro, no ano de 2005, possuía um gasto orçamentário de R\$ 15.000,00/mês com a cooperativa, contribuindo com a infra-estrutura do local e cedendo os dois caminhões tipo baú para coleta porta a porta.

Essa parceria com o poder público foi necessária e primordial para o desenvolvimento e a sustentabilidade da cooperativa, para que ela pudesse se fortalecer e ser gerida independentemente.

A pesquisa de campo e as entrevistas mostraram que os rendimentos dos cooperados provinham, exclusivamente, da venda dos materiais recicláveis, com uma retirada mensal de R\$ 400,00 e mais uma cesta básica de alimentos e material de limpeza por cooperado.

Retomando a premissa de que o espaço é produto e condição de reprodução das relações sociais que se estabelecem entre os

homens através do trabalho, para se apropriar da natureza e que, portanto, as cidades onde vivemos são o produto de uma sociedade regida pela forma capitalista de produção, visando sempre o acúmulo de riqueza, perguntamo-nos como se explica um espaço, produto de relações solidárias estabelecidas por empreendimentos de Economia Solidária.

Consideramos que a dialética está na inserção de uma empresa solidária local em um mercado dominado pelo capital global. Até que ponto pode ser emancipatório esse tipo de empreendimento? Devemos considerar que, no momento atual, apenas o funcionamento interno das cooperativas apresentam características distintas do modo de produção capitalista. Suas relações exteriores baseiam-se nos princípios capitalistas, segundo os quais se compra e se vende com a perspectiva de obtenção do maior lucro possível.

A sociedade do descartável – objetos e pessoas sem retorno?

As questões da realidade descrita devem ser retomadas aqui por meio de uma análise regressiva, que contribua para o entendimento da produção do espaço pelos catadores de materiais recicláveis. Visamos a apontar o momento das transformações nas relações de sociais e no processo de massificação do consumo, que originaram diferentes formas de reprodução, sejam elas das relações trabalho, sejam ainda, dos mais diversos materiais transformados em mercadoria.

A premissa é a de que o trabalho tem importância fundamental na nossa sociedade. Ele é uma forma de inserção do homem na vida social. Assim, ao produzir sua vida, a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico através do trabalho enquanto atividade humana.

Vivemos hoje uma crise da cidade, decorrente do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação, em escala ampliada, que se

materializa no aprofundamento dos processos de segregação e, mais especificamente, no caso deste trabalho, na deterioração da reprodução das relações sociais. Tal crise da cidade contém, como um dos problemas mais debatidos nos últimos tempos, a falta dos meios de reprodução da vida para um grande número de pessoas, ou seja, a falta de emprego. A crise de emprego pela qual passa o mundo atualmente, e isto é claro na América Latina, leva à precarização do trabalho, à instabilidade gerada pela flexibilização dos contratos e ao aparecimento de situações intermediárias entre o trabalho reconhecido e a desocupação.

Para que a acumulação se realize, cada vez mais os processos produtivos “descartam” a mão-de-obra humana, substituindo-a pelo uso da máquina. Destacamos o termo descartar porque é justamente nesse ponto que surgem muitas contradições. Perguntamos-nos até que ponto o homem é descartado dos meios de reprodução do capital. Veremos, no decorrer deste artigo, que o capitalismo se utiliza, de uma forma bastante degradada, do trabalho de milhares de pessoas que retiram do lixo o seu meio de sobrevivência.

Este trabalho parte da análise da cidade através da reprodução das relações sociais, que se realizam na forma de relações espaciais. Desse modo a reflexão sobre a cidade significa uma reflexão sobre a prática sócio-espacial.

Como bem analisa Carlos (2004), se vivemos uma crise da cidade também vivemos uma crise teórica, indicando assim que a análise do mundo deve considerar uma articulação necessária entre teoria e prática. Para a referida autora há a necessidade de construção de um “modo possível de pensar a cidade”, que se realiza a partir da análise de reprodução das relações sociais, que se realizam concretamente, na forma de relações espaciais – constituindo-se ao mesmo tempo em prática.

Nesta direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto

formas e momentos de apropriação (CARLOS, 2004 p. 07).

Portanto, a partir da análise da reprodução da vida de milhares de pessoas que tiram do lixo suas condições de sobrevivência, estaremos também realizando a construção de um dos modos possíveis de pensar a cidade, através da prática sócio-espacial dos catadores de materiais recicláveis.

Para isso é necessária a discussão do conceito de trabalho e do que ele significa atualmente, o que implica, também, analisar a deterioração das relações de trabalho e, acima de tudo, a deterioração da reprodução das relações sociais.

O trabalho só adquire reflexão crítica, no ocidente, com o advento da Revolução Industrial. O pensamento do sentido que o trabalho adquire nas diferentes sociedades e épocas históricas baseia-se no que efetivamente ele representa para a manutenção destas sociedades. Assim, se na Grécia clássica o trabalho era considerado somente como aquela atividade manual exercida pelos escravos, não havia razões naquele momento para torná-lo um objeto de reflexão. Tal transformação em objeto de reflexão crítica é fruto das mudanças que a forma de produção capitalista engendram nas relações de trabalho.

A produção da vida, como sabemos, implica trabalho, e não um trabalho abstrato, mas concreto, o que significa a existência de condições de um lugar específico (não o espaço em abstrato). É através do trabalho que qualquer sociedade se reproduz. Mas é preciso destacar que, sob a égide do capital (por tanto, historicamente datado), o trabalho deixou de ser uma coisa natural, uma necessidade natural da sociedade para torna-se uma relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte da sociedade⁹.

Reiteramos que o trabalho é a inserção do Homem na vida social, é através de tal atividade que o Homem reproduz a si mesmo e a sociedade. Mas sua importância torna-se

ainda maior numa sociedade que o concebe como relação mediadora do aumento da riqueza de uma parte desta sociedade. Trabalhar, portanto, é estar incluído na sociedade de consumo, é a condição de adquirir cada vez mais novos objetos e de acumular riqueza.

Hoje, podemos dizer que “o trabalho alcançou seu maior nível histórico de produtividade, de uso das faculdades da inteligência e de desafios no plano da complexidade tecnológica e organizativa”¹⁰. No entanto, nunca se segmentou tanto o acesso ao trabalho estável e com salários dignos. A informalidade e precariedade do trabalho convivem com o aumento da produtividade, fruto da Terceira Revolução Industrial através da informação, informatização e do conhecimento.

A multiplicação de novos produtos é comparativamente diminuta às outras duas revoluções. Se na Segunda Revolução Industrial a geração de inúmeros novos produtos fez crescer o nível de consumo além da produtividade do trabalho, “de modo que os setores novos da economia absorveram mais força de trabalho do que a liberada por setores antigos renovados”¹¹, na Terceira Revolução Industrial o que tem sido oferecido ao consumidor final são novas formas de entretenimento, cujo usufruto exige mais tempo e nem todos têm esta disponibilidade. Portanto, o aumento do consumo proporcionado pelo automóvel, avião, televisão e medicina curativa na Segunda Revolução Industrial não encontra similar atualmente. Os aumentos de produtividade barateiam produtos, expandem seu consumo, mas empregam menos trabalhadores.

A utopia de uma pós-modernidade em um mundo que se trabalhe cada vez menos convive com a ‘distopia’ que parece atingir nações, separando os que trabalham em empregos modernos e têm ingressos cada vez maiores e os que permaneceram à beira do caminho do progresso e lutam por sua sobrevivência e dignidade. (HOPENHAYN, 2002, p. 19).

Tal quadro acima se mostra nitidamente na América Latina, somando-se ainda à contradição de num mesmo lugar conviverem distintos tempos históricos, desde a pré-modernidade até a pós-modernidade. Hopenhayn (2002, p. 19) explica que o mundo do trabalho nestes países conta com fabricantes de *softwares* em um extremo, e camponeses que utilizam sua própria energia humana para manter uma agricultura de subsistência. Dentro desta gama, existem ocupações de uso de alta tecnologia que empregam uma proporção reduzida da força de trabalho enquanto o setor informal da economia com seus baixos níveis de valor agregado e salários que implicam situações endêmicas de pobreza absorvem as massas de desempregados e em muitos países são responsáveis por mais da metade da população ocupada.

Somado ao quadro de desemprego tecnológico, fruto da Terceira Revolução Industrial e que, aliás, todas as revoluções acarretaram, tem-se também o desemprego estrutural, causado pela globalização, cujos efeitos são semelhantes aos do desemprego tecnológico ao não aumentar necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribuir para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

O desemprego tecnológico resulta da expulsão do emprego de milhões de pessoas, que cumpriam tarefas rotineiras e que exigiam um repertório limitado de conhecimentos sem qualquer necessidade de improvisação diante de situações imprevistas, as quais o cérebro eletrônico se mostra mais eficiente que o humano. Os postos de trabalho criados com aplicação das tecnologias requerem elevada qualificação e não demandam toda a mão-de-obra dispensada.

Quanto ao desemprego estrutural, a característica é que as vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho que, vão sendo ocupados por mão-de-obra feminina

empregada em tempo parcial. Os ex-operários, por sua vez, moram em zonas economicamente deprimidas, são na maioria das vezes arrimos de família e dispõem de seguro-desemprego proporcional ao salário que lhes eram pagos, geralmente maiores do que os proporcionados pelas novas ocupações.

Para Singer (1999, p. 24) o termo precarização do trabalho descreve melhor do que a palavra desemprego o que de fato está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, surgidos em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos garantiam anteriormente. A precarização do trabalho também toma forma nas relações informais ou incompletas de emprego.

Como o período em que se é demitido e recolocado no mercado de trabalho formal tem se tornado longo, ou ainda quando este estado de desemprego se torna permanente (desemprego no sentido de emprego assalariado), o trabalhador que depende única e exclusivamente de sua mão-de-obra precisa buscar outros meios de obter rendimentos necessários à sua sobrevivência. Surgem então os trabalhadores informais e os subempregados, prestadores de serviços autônomos, e que, como a maioria dessas pessoas tem baixa qualificação, realizam atividades de pouco valor agregado. São muitas vezes contratados por curto período de tempo, o que flexibiliza as relações trabalhistas, caso de bóias-frias, faxineiros sob regime de terceirização e tantos outros que vivem de fazer "bicos". Há ainda aqueles que independentemente montam pequenos comércios ambulantes nas ruas e vendem os mais variados objetos, alimentos ou serviços de engraxates, consertos de objetos de uso doméstico etc.

Estas economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo proporcionam aos seus agentes o acesso às

condições mínimas de sobrevivência. Mas, muitas vezes, esses setores da população se vêm impedidos do exercício de suas atividades, informais, pelo poder público. Têm suas mercadorias apreendidas ou, são ainda, segregados às zonas que não interessam ao mercado formal. Surge daqui, como nos alerta Ortigoza (2001, p. 48), a necessidade para aqueles que concebem a cidade como materialidade social e por isso um conjunto de forças onde ricos e pobres devem ser considerados, de avaliar as lutas que se travam neste espaço, pois são acima de tudo lutas de classe. Assim as economias populares são a maneira que os excluídos encontraram de sobreviver em um espaço articulado para o capital mundial.

Para Singer (1999, p. 7) o desemprego é uma espécie de ponta de um iceberg muito maior, qual seja, a deterioração das relações de trabalho. Esta deterioração não pode ser atribuída apenas e tão somente à globalização, mas, junto com esta abertura dos mercados, nossos governos desregulamentaram o comércio externo e o sistema financeiro, extinguíram o controle dos preços e criaram uma âncora cambial para estabilizar os preços que tornou, nosso país especificamente, dependente de maciças entradas de capital externo. Tais mudanças resultaram na elevação do desemprego e do subemprego em todas as suas formas e agravaram a exclusão social.

Vemos que Singer (1999) atribui a um período recente da história a deterioração das relações de trabalho. Acreditamos, porém, que tal deterioração se inicia no momento em que as formas capitalistas de produção, visando sempre a maximização do lucro, passam a comandar a reprodução das relações sociais. Como nos afirma Lefèbvre (1973, p. 109-110), a sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. E as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduz na vida cotidiana, na família e na cidade. "Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se

realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores..."(LEFÈBVRE, 1973, p. 110). Por isso as consequências deste modo de produção não são apenas ao nível das forças produtivas.

O desconhecimento desta reprodução das relações sociais permite a reprodução de relações antigas, cada vez mais degradadas, ao mesmo tempo em que novas relações sociais são geradas. "Enfim, as próprias contradições reproduzem-se elas mesmas de forma alargada", segundo Lefèbvre (1973, p. 110).

As mal analisadas implicações do crescimento econômico à escala mundial não tratam do lento apodrecimento das relações sociais, bem como são mal compreendidos os papéis desempenhados pelo conhecimento, pela cultura e pela cidade nas condições atuais. Para Lefèbvre (1973, p. 111), estes são mais lugares da dissolução que da transformação, tornado evidente na análise do fenômeno urbano e das suas contradições internas, porque hoje, ele é simultaneamente o lugar da reprodução das antigas relações sociais, o lugar da sua decomposição e o lugar da formação de novas relações sociais e das suas contradições.

Podemos dizer que a globalização juntamente com a abertura dos mercados e desregulamentação do comércio externo e sistema financeiro, salientadas por Singer (1999), agregaram novos elementos que ampliaram a deterioração das relações de trabalho. Tal deterioração induziu ao desemprego, subemprego e informalidade, que por sua vez conduziram milhares de pessoas às formas mais degradantes de ocupação, nas quais se enquadra a catação de materiais recicláveis para vender e para sobreviver.

Os catadores representam um grupo de trabalhadores presentes em todas as grandes cidades do mundo, o que evidencia o caráter global da exclusão social. Esse grupo de pessoas não se restringe aos países pobres ou em desenvolvimento. Milhões de pessoas catam materiais recicláveis nas ruas e lixões, tanto nas

cidades da periferia ou semiperiferia como, em menor proporção, nas cidades do centro. Dados sobre o Brasil referem-se a 500 mil sobreviventes do lixo (CEMPRE, 2003).

Eles estão entre aqueles trabalhadores que prestam todo tipo de serviços nas ruas e que constituem economias populares que alimentam uma economia urbana de baixo custo, possibilitando-lhes o acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.

Porém, as classes populares, que criam e exploram um nicho econômico para sobreviverem, se consideradas dentro do conjunto da economia urbana, estão longe de ser autônomas, já que a economia informal está plenamente articulada com a economia formal, como se mostra no caso dos catadores autônomos que vendem seus produtos aos intermediários que, por sua vez, os vendem às grandes indústrias recicladoras.

A partir de encontros nacionais, regionais e estaduais esses trabalhadores ganharam visibilidade por parte daqueles que fazem as políticas públicas, o que se evidenciou no I Encontro Nacional de catadores de material reciclável realizado em Brasília em 2001.

Em 2003 o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu a atividade realizada pelos catadores, incluindo-a na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Também nesse ano foi criado o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. E no ano de 2005 tramitou na Câmara dos Deputados um projeto de lei que regulamenta a profissão de coletor, catador e reciclador de lixo.

É importante ressaltar que há um grande número de catadores não organizados e que sequer sabem que possuem algum direito. Para muitos a atividade que realizam é apenas um meio de conseguir o alimento de hoje.

Para Lefèbvre (2002) vivemos em uma fase ou zona crítica, que tem como característica a problemática urbana e que envolve, na sua essência, as questões sociais, espaciais e ambientais. O lixo, quase sempre, considerado

apenas um problema ambiental, deve ser analisado, também, como questão social e espacial, porque ele é o produto final, o resíduo de tudo o que se produz e se consome nesta sociedade.

Ao se transformar em objeto de compra e venda de um mercado regulado, o lixo se torna uma mercadoria comercializada entre catadores, sucateiros e indústria recicladora. O lixo, resto de valor de uso para a sociedade em geral, para o mercado de reciclagem passa a ter um valor de uso e um valor de troca.

Como já havíamos avaliado anteriormente¹², a modernização de estabelecimentos que comercializam sucatas, aliada à formação de cooperativas de catadores, solidifica uma rede de comercialização do lixo através do aumento do número de fixos e fluxos, ou seja, mais locais de beneficiamento de materiais recicláveis e maior intercâmbio entre os diversos agentes. O mercado da reciclagem vive e se reproduz a partir de tudo aquilo que a sociedade consome e descarta.

Lefèbvre (2002) propõe um projeto, um caminho para construção do direito à cidade e ao alcance da sociedade urbana. O projeto não é um programa, mas visa à produção de uma diferença diferente daquela que se pode induzir nas relações de produção existentes. Ele propõe a hipótese que através do espaço (e do tempo), por meio de uma concepção de espaço, pode-se produzir a diferença das diferenças.

Colocamos-nos como desafio especular se os empreendimentos de economia solidária, mais propriamente as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, estariam no contexto desse projeto global.

Diante de tais termos consideramos oportuno o debate sobre a possibilidade de nosso objeto de estudo, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis composta por trabalhadores das classes sociais menos favorecidas, situar-se entre as ações e estratégias que tornem possível, amanhã, o impossível de hoje.

A economia solidária diante do modo de produção capitalista

O debate acerca da Economia Solidária tem afirmado o caráter alternativo de novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica. Afirma-se, ainda, que, dada a ruptura que essas experiências introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Este debate permite concluir que estamos diante da germinação de uma nova forma social de produção, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista.

Para analisar as relações que se estabelecem entre uma empresa solidária local e o mercado dominado por grandes empresas do setor de reciclagem, com investimentos de capital mundial, é necessário entender as estratégias de racionalização da produção e, conseqüentemente, do processo de racionalização do espaço. Retomamos então a realidade atual, após sua descrição e análise regressiva, para colocar e, na medida do possível, esclarecer as contradições encontradas.

Tomamos assim, as coordenadas de lugar e de mundialidade, sendo o lugar a base material da reprodução da vida, onde se dão as relações dos indivíduos com os espaços, pelos modos de uso. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado pelo corpo. Do cotidiano emerge a dimensão social da história e, no lugar, que temos de analisar o modo como é produzida a existência social dos seres humanos.

Já a questão da mundialidade, conforme Carlos (in: MARTINS, 1996, p. 121), refere-se a uma possibilidade não completamente realizada no mundo de hoje, o que nos situa diante do problema das condições possíveis da reprodução das relações sociais. Isso porque o real é permeado por possibilidades postas pela existência das contradições e conflitos que criam

o movimento dialético do real – possível – impossível.

Assim, as condições de existência do capitalismo não são estáticas, já que ele se desenvolve realizando virtualidades. Enquanto modo de produção, o capitalismo não permanece o mesmo o tempo todo. Ele evolui durante o seu desenvolvimento, transformando-se para permanecer hegemônico. As mudanças são possíveis porque o modo de produção capitalista é capaz de produzir para a sua própria reprodução.

Há, na sociedade contemporânea, tendência à homogeneização, garantida pelo processo de globalização da economia. Mas essa tendência também tem conduzido os lugares a reforçar suas singularidades para sobreviver, enquanto individualidades. No caso específico de Rio Claro/SP, a tentativa de enfrentar o processo de fragmentação da sociedade e do espaço urbano, como produto da segregação e da desigualdade na cidade, materializou-se nas formas de gestão democrática da cidade.

O debate democrático atual coloca uma nova ênfase na gestão local e nas variações da forma democrática no interior do Estado nacional que são suscitadas com o processo de globalização, permitindo a recuperação de tradições participativas em países com Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul, entre outros.

Em Rio Claro isso se evidenciou, dentre outras formas, em empreendimentos no âmbito da economia solidária, como uma maneira de incluir setores aliados dos processos formais de produção em iniciativas de produção e reprodução do trabalho.

O empreendimento de economia solidária de catadores de materiais recicláveis em Rio Claro, juntamente com outras iniciativas econômicas em diferentes contextos nacionais, representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda e fortemente atingidos pelo quadro de desocupação

estrutural e pelo empobrecimento. Tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e às condições extremas de precariedade, estão convertendo-se, de certa forma, em eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência, conforme Gaiger (2003, p. 1), autor este em que nos apoiamos para entender a economia solidária no Brasil e que demonstra em sua obra um aprofundamento de suas potencialidades e deficiências, desmistificando o seu caráter revolucionário.

Outro debate importante sobre a economia solidária se dá no idealismo. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista.

A questão tornou-se objeto de intensa discussão. Algumas formulações mais audaciosas associam a economia solidária a um novo modo de produção não capitalista. Mas, a categoria modo de produção é fundamental e mais englobante, cunhada por Marx, para expressar, sinteticamente, as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas.

Só a alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (GODELIER, 1981 p. 177-8 apud GAIGER, 2003, p. 3).

Vemos, porém, como afirma Gaiger (2003), que, no presente caso, tais formas passam, ordinariamente, a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista.

As cooperativas de catadores conferem uma racionalidade ao mercado de reciclagem, e mais, realizando um trabalho que poucos se propõem a realizar, as cooperativas propiciam à cadeia de produção a eficiência no retorno da matéria-prima às indústrias que reciclam. É claro que as vantagens para os cooperados são inúmeras, mas, é fato, também que esses empreendimentos tornam muito mais eficientes o processo de retorno da matéria-prima dissolvida no mercado para o ciclo de produção.

Por outro lado, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas também contrárias à forma social de produção assalariada.

O resultado desse tratamento leva a entender **os empreendimentos solidários como expressão de uma forma social de produção específica**, de acordo com Gaiger (2003, p.7), contraposta à forma típica do capitalismo, devendo, no entanto, com ela conviver para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista.

Então nos perguntamos: as cooperativas de catadores de materiais recicláveis se constituem em veículos de emancipação?

O cooperativismo, como parte da Economia Solidária, é um sistema que apesar de inserido no capitalismo, é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores. O crescimento deste tipo de empreendimento, especialmente os geridos por catadores de materiais recicláveis, tem sido significativo e chamado a atenção de estudiosos e poder público municipal, estadual e federal.

É através de um processo de grandes transformações impulsionadas por novas demandas da sociedade e pela transformação acelerada da economia mundial no curso de políticas neoliberais que o Brasil entra no século XXI. Tais mudanças são desafiadoras, pois

ainda não se conhece inteiramente os seus efeitos sobre as relações sociais e econômicas e, mais ainda, em economias como a brasileira, onde o desafio é maior, pois ao mesmo tempo em que esta acompanha e sofre os reflexos das tendências mundiais, é necessário eliminar distorções acumuladas no passado e consolidar a estabilidade econômica (CULTI, 2003).

O resultado visível do mercado de trabalho é a significativa taxa de desemprego e subemprego e, além disso, observa-se um importante movimento de precarização nas relações de trabalho, que pouco difere dos sintomas existentes nos países mais desenvolvidos, embora aqui amplie significativamente o número dos socialmente excluídos e deteriore ainda mais as condições de vida que já estavam muito distantes das economias centrais, onde a distribuição de riqueza é, ou ao menos parece ser, melhor equacionada.

O processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo, responsável pelo crescente desemprego e aumento da concentração da renda, desigualdade e exclusão social, é inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que vem apenas tomando novas formas em períodos históricos diferentes.

O caminho que se mostra parece ser o de não apenas lutar para conservar e fazer crescer o número de empregos. Na condição histórica atual há a necessidade de criar e apoiar oportunidades ou formas de trabalho sociais reinventadas para propiciar trabalho e rendimentos à população excluída das condições tradicionais de trabalho. Fato que vem se tornando evidente nas últimas décadas através da economia solidária.

A abertura de novos horizontes no campo do trabalho e emprego tem sido uma das preocupações das diferentes instâncias governamentais para incluir extensos setores da população postos às margens dos mecanismos formais de reprodução da vida. A pobreza é a questão que mais tem desafiado

as políticas públicas nos diferentes níveis de governo e ela persiste apesar das inúmeras ações para equacioná-la. Diante do cenário de desemprego crescente aliado a ausência de perspectiva de retorno da empregabilidade e o aumento generalizado da informalidade, as políticas compensatórias, as ações emergenciais podem dar uma solução temporária ou amenizar uma situação, mas não propõem alternativas a longo prazo, de acordo com Christofolletti in: Pintaudi (2002, p. 115)¹³. É preciso ir além, buscar alternativas possíveis para oferecer melhores condições de vida às populações atingidas pela miséria.

Especialmente nas administrações municipais, a esfera mais próxima da realidade local, a busca por alternativas que incluam a população economicamente ativa, porém excluída, tem sido buscada com maior densidade. Ações governamentais, creditadas na capacidade de organização e resistência da população marginalizada e no seu próprio movimento em busca de alternativas, estão criando bases para uma economia popular solidária com estímulo à constituição de programas de geração de emprego e renda, oferecendo alternativas de ações empreendedoras para a população mais pobre da cidade.

O município de Rio Claro presenciou ações deste tipo, voltadas para trabalhadores que se encontravam fora do mercado de trabalho e que o tempo demonstrava pouca ou nenhuma possibilidade de retorno a este mercado. Várias ações foram implementadas desde 1991, cuja primeira experiência, com a formação de um grupo de mulheres entre 39 e 70 anos, visava a produção de materiais de limpeza. A entidade assistencial oferecia todo o suporte de infraestrutura técnica e de material. Cabia às mulheres recolher vasilhames, higienizá-los, produzir, embalar e comercializar. O rendimento era partilhado entre as integrantes do grupo. Porém, tal atividade foi encerrada um ano depois por insuficiência de recursos materiais e pessoal técnico para acompanhamento sistemático, conforme Christofolletti In: Pintaudi (2002, p. 117).

No período de 2000/2001 foi dada forma a propostas de convênios e subvenções, uma condição essencial para subsidiar material e disponibilizar equipes técnicas para intervenção, por meio de convênios estadual e municipal para formação de grupos de produção. Daí surgiram quatro grupos com participação de doze a quatorze membros por grupo e com a disponibilização de um monitor e de duas assistentes sociais.

Consideramos que a intervenção e o envolvimento do poder público local são de suma importância para iniciativas econômicas com participação de setores pobres e com baixa qualificação profissional. Os projetos de economia solidária devem estar inseridos em projetos locais, considerando as especificidades de cada território e considerando sua organização econômica e social e os seus recursos naturais.

A busca de respostas por parte das Administrações Municipais e Estaduais para a questão do desemprego e para o modo de repensar o trabalho tem encontrado nas formas alternativas um caminho baseado em propostas concretas e experiências práticas. Para tanto é necessário que o poder público proponha legislações e políticas públicas favoráveis à expansão e consolidação de empreendimentos autogestionários. Como afirma a ex-secretária de ação social do município de Rio Claro, anteriormente citada, em geral, os projetos de economia solidária dependem de um processo bastante longo de incubação. Para se tornarem projetos sustentáveis há necessidade de permanentes políticas de apoio por parte das entidades públicas. O fomento e o assessoramento, com acompanhamento constante a tais iniciativas, é fator determinante para seu sucesso.

Parcerias entre Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como de instituições da sociedade civil, através de convênios ou pela identificação com a proposta de inclusão e cidadania, têm importante papel.

As cooperativas de catadores são um tipo de empreendimento autogestionário que necessita da colaboração de administrações municipais. Por trabalharem com um tipo de material cuja responsabilidade de manejo é das prefeituras, muitas vezes através de empresas licitadas para tal operação, é necessário um acordo para que parte do que seria recolhido pelos caminhões de lixo, e que possuem alguma reutilização, seja destinado às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Isto porque, a partir do momento que o munícipe coloca em frente a sua casa o saco de lixo para ser recolhido pelo caminhão de coleta, este material passa a ser de responsabilidade do poder público local e, a apropriação deste material sem o conhecimento da administração municipal é considerada uma violação.

Portanto, o objeto de trabalho das cooperativas de catadores é, em princípio, propriedade do poder público. Esta é uma primeira questão que torna necessário um vínculo entre cooperativa e administração municipal. Também é de interesse local uma melhor destinação dos resíduos urbanos. Assim, para as administrações que se preocupam com tal questão, a formação de cooperativas de catadores é uma das soluções.

É visível nas cidades pessoas empurrando carrinhos cheios de material reciclável retirado do lixo comum disposto na rua para a coleta, ou ainda já disposto em aterros e lixões. Tal atividade, além de ser informal, é insalubre e representa um problema de saúde pública. Cabe ao poder público conduzir tal problema para uma solução.

Os catadores estão entre os mais pobres habitantes da cidade. Separar material reciclável do lixo é tarefa desempenhada por quem não tem mais nenhuma alternativa de sobrevivência. Por isso mesmo é uma atividade desenvolvida por quem tem poucos ou nenhum ano de estudo.

A associação e, mais além, a cooperação, destas pessoas é de iniciativa de instituições sociais ou administrações municipais. Portanto,

não é uma iniciativa popular, vinda dos setores excluídos. Ela é para os setores excluídos.

A constituição de associações e cooperativas demanda conhecimento técnico e administrativo, sendo apenas possível com auxílio externo aos catadores. Precisa, portanto, da participação de assistentes sociais, técnicos das prefeituras, bem como de alguma infraestrutura para a deposição, separação e armazenamento dos materiais até a venda.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis constituem-se importante "alternativa" para o aumento das possibilidades de reprodução da vida. Destacamos o termo alternativa porque, como mostra a realidade, os empreendimentos de Economia Solidária não estão desligados das formas de acumulação próprias do capitalismo. Estes empreendimentos não concentram capital, mas, por suas relações com os demais agentes de sua cadeia produtiva elas propiciam ganhos elevados às indústrias recicladoras.

A dialética desse tipo de empreendimento está na sua inclusão social e, ao mesmo tempo, na sua subordinação ao mercado. Vimos também que, sem o aporte do poder público local não há condições de fundação e manutenção da cooperativa no tempo e no espaço. Isso se torna emblemático no momento em que há uma mudança na administração no município de Rio Claro no ano de 2005.

Vimos como as relações de trabalho se deterioram ao longo do desenvolvimento econômico almejado pela forma de produção capitalista. O fato de a economia global contemporânea ter atingido níveis de crescimento sem precedentes, ao mesmo tempo em que há um aumento no número de pessoas condenadas a viver nas suas margens, leva a pensar que o capitalismo pode viver sem essas pessoas.

Mas, será que realmente essa população foi descartada pelo processo de acumulação global do capital? Podemos responder, num

primeiro momento, que sim, haja vista a situação de precariedade em que vivem essas pessoas, distantes da possibilidade de um consumo mínimo para sua reprodução nos termos postos pela sociedade em que vivem. Mas, uma análise mais aprofundada nos mostra que, apesar de não reconhecer, o modo de produção capitalista mais particularmente o mercado da reciclagem precisa do trabalho realizado pelos catadores de lixo das ruas.

O aparecimento do catador, assim como do bóia-fria ou "clandestino", segundo os estudos de José Graziano da Silva (apud Martins 2003, p. 157), está diretamente relacionado com a modernização incompleta do processo de produção. O trabalho do catador possibilita ao capital a obtenção da força de trabalho de que necessita, ao recolher o material reciclável disperso na cidade, mas custando menos do que vale a sua reprodução ao remunerar este trabalho com pagamentos muito inferiores ao real valor do custo de vida dos catadores.

Enquanto a produção capitalista não obtiver meios de substituir o trabalho realizado por esses segmentos mais pobres da economia urbana, a atividade de catador será necessária, mas não valorizada. Medidas que interfiram na situação, em favor desses frágeis setores da sociedade, como os catadores, são fundamentais para que o emprego da força de trabalho se dê no âmbito das formas contratuais do uso do trabalho, ainda que na forma de associação e cooperação dos catadores. "Essas ações representam o erguimento de uma barreira moral, por meio do jurídico, em nome da sociedade, às formas indiscriminadas e nem sempre éticas de reprodução ampliada do capital" (MARTINS, 2002, p. 162). Além do mais, não podemos creditar aos empreendimentos de Economia Solidária um novo modo de produção.

Reflexões finais

São várias as abordagens e tendências teórico-metodológicas que possibilitam pensar a cidade e o urbano. Optamos pela abordagem

da produção/reprodução como categoria de análise, elaborada segundo parâmetros da Geografia Crítica.

As contradições não se encontram resolvidas neste artigo. Ainda há um longo caminho de debates e discussões, mas o pensamento sobre a cidade e o urbano, sem restringir-se a localismos, a partir de uma teoria que considera o trabalho como mediador entre sociedade e espaço, foi possível graças ao estudo de uma atividade que se expande, a cada dia, nas nossas cidades.

O desejo inicial também era de que esta pesquisa possibilitasse a avaliação de políticas públicas. Entendemos que as atividades científicas também têm um importante papel social, não apenas pela necessidade de aplicação pragmática, mas também pela necessidade de teorização. A análise do mundo moderno deve considerar a articulação entre a teoria e a prática.

O entendimento do mundo moderno passa pela necessidade de construção de um conhecimento crítico. Na Geografia essa construção não se faz sem dificuldades, haja vista que ela se situa nos limites das ciências parcelares, que se apóiam na fragmentação da realidade.

O fenômeno urbano é complexo e sua investigação deve ultrapassar a interdisciplinaridade para reunir os fragmentos capazes de pensá-lo na sua totalidade. Para a Geografia o desafio é superar as cisões decorrentes do aprofundamento de suas especializações. É a construção de uma metageografia, como nos diz Carlos (2004) a partir de um pensamento crítico da realidade urbana na direção da construção de uma problemática urbana que coloque o homem no centro.

Refletir essa nova inteligibilidade leva ao debate sobre direito à cidade. Não um direito apenas à infra-estrutura, mas direito de usar a cidade em todas as suas possibilidades. É o direito à vida. Nessa perspectiva abre-se

caminho para discussão da cidade enquanto discussão da vida do homem. Pensar a produção do espaço urbano significa pensar na

forma como o homem produz sua existência, pensar no trabalho como atividade produtora do espaço geográfico.

Notas

- ¹ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis – Usos e Contradições, que foi financiada pela Fapesp através de uma bolsa de mestrado e orientada pela Prof. Dra. Silvana Maria Pintaudi.
- ² Partindo do pressuposto teórico colocado por Pintaudi (1984).
- ³ MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefèbvre e o Retorno a Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 22.
- ⁴ SINGER, 2002, p. 20.
- ⁵ Programa de cooperação descentralizada e horizontal da Comissão Européia criado em dezembro de 1995, voltado para cidades, regiões e demais configurações territoriais da União Européia e da América Latina, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e de qualidade de vida das populações, bem como das cidades, por meio de intercâmbio de experiências. (PINTAUDI, 2002, p.9).
- ⁶ Luiz Inácio Gaiger – A economia solidária diante do modo de produção capitalista.
- ⁷ Joao Roberto Lopes em entrevista concedida ao site Ibase. Disponível em <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em 01 de março de 2003.
- ⁸ Este é um dos cinco temas de investigação selecionados pelo autor “em função do seu potencial para fazer emergir globalizações contra-hegemônicas nas próximas décadas”. Ver mais em: <<http://www.ces.fe.uc.pt>>. Acesso em 12 de agosto de 2002.
- ⁹ PINTAUDI, S. M. Espacio, historia y mundializacion. (Notas para evaluar las posibilidades de gestión local). In.: MEMÓRIA DO VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA UNIDADE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA REDE MERCOCIDADES. A cidade global, existe no Mercosul? Gestão urbana local em tempo mundial. Rio Claro: Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2003. p. 56-57.
- ¹⁰ HOPENHAYN (2002, p. 18.)
- ¹¹ SINGER, P. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 16.
- ¹² Em nossa iniciação científica “Do Ferro-Velho a Reciclagem: a rede de comercialização do lixo em Rio Claro”.
- ¹³ Célia Maria Cestaro Christofolletti foi Secretária da Ação Social no município de Rio Claro no período de 1997 a 2004.

Bibliografia

CARLOS, Ana F. A. O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 164 p.

_____. Uma leitura sobre a cidade. Revista Cidades. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 11-30, janeiro 2004.

CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br>>.

>. Acesso em: diversos acessos.

CULTI, Maria N. O Cooperativismo Popular no Brasil: importância e representatividade. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em:

<<http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em 20 de fevereiro de 2003.

_____. A economia solidária frente a novos horizontes. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 04 de março de 2004.

GODOY, T. M. P. de. Do Ferro Velho à Reciclagem: a rede de comercialização do lixo no município de Rio Claro/SP. 2002. 70 f. Monografia (trabalho de formatura). Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

_____. O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis: usos e contradições. 2005. 150 f. (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

HOPENHAYN, M. Repensar el trabajo. Historia, profusión y perspectivas de un concepto. Buenos Aires: Grupo editorial Norma S. A., 2001. 262 p.

LEFÈBVRE, Henri. A reprodução das relações de produção. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. 115 p.

_____. Perspectivas de la sociologia rural. In: – . De lo rural a lo urbano. 4. ed. Barcelona: Península, 1978. p. 61-76.

_____. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

_____. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 178 p.

MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefèbvre e o retorno a dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. 151 p.

_____. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.

_____. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. 228p.

_____. O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999. 178p.

MARX, K. O capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. 1. 10ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985. 350p.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102p.

PINTAUDI, S. M. O lugar dos supermercados na cidade capitalista. Revista Geografia, 9 (17 -18): 37-54, outubro 1984.

_____. (Org). Economia Solidária: um setor em desenvolvimento. Prefeitura de Rio Claro, 2002. 203 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Relatório Prêmio Balanço Ambiental Rio Claro: Gazeta Mercantil Interior de SP. Rio Claro, 2001. Disponível em: <<http://www.rioclaro.sp.gov.br>>. Acesso em 20 de agosto de 2002.

REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt>>. Acesso: em 12 de agosto de 2002.

SANTOS, B. de S. (org.) Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

_____. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. Vol. 1. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2002. 415 p.

SINGER, P. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139 p.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SLOTEDIJK, Peter. No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. 127 p.

TAUILI, J. R. & DEBACCO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/textos>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2003.

VIEIRA, S. G. O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo:

sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. Tese. 430 f. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

Trabalho enviado em julho de 2008

Trabalho aceito em novembro de 2008

